

VALE GRANDE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE  
ALIMENTOS S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
Em 31 de dezembro de 2025

VALE GRANDE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
Em 31 de dezembro de 2025

## Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações individuais e consolidadas do resultado

Demonstrações individuais e consolidadas do resultado abrangente

Demonstrações individuais e consolidadas das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações individuais e consolidadas dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

## RELATÓRIO DE AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos  
Acionistas e Administradores da  
Vale Grande Indústria e Comércio de Alimentos S.A.  
Sinop - MT

### Opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Vale Grande Indústria e Comércio de Alimentos S.A. ("Companhia") identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as práticas materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos mencionados no parágrafo a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas" as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Vale Grande Indústria e Comércio de Alimentos S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil

### Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Limitação de alcance devido ao não recebimento da totalidade das confirmações de seguros e saldos de instituições financeiras

Não recebemos, até a data de conclusão dos nossos trabalhos, a totalidade das confirmações de saldos de operações mantidas com instituições financeiras e seguradoras, na qual não foi possível concluirmos sobre a adequação dos saldos por meio de procedimentos alternativos de auditoria. Em decorrência desse assunto, não foi possível determinar se haveria necessidade de efetuar ajustes em relação às Rubricas "Caixa e equivalentes de caixa", no ativo circulante, "Aplicações financeiras" e "Outros créditos" no ativo não circulante e "Empréstimos e financiamentos" no passivo circulante e não circulante, bem como possíveis efeitos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e seus possíveis efeitos tributários.

Limitação de alcance por ausência de documentação suporte de partes relacionada

A Controladora mantém registrado na rubrica "Partes relacionadas", no ativo não circulante, o montante de R\$ 30.140 mil e R\$ 61.490, no passivo não circulante, para os quais não nos foram apresentados a totalidade das documentações que comprovem sua existência, realização e valorização. Como consequência de tais assuntos, não foi possível concluirmos sobre a adequação dos saldos registrado nas Rubricas "Partes relacionadas" no ativo não circulante e passivo não circulante, bem como possíveis impactos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e seus possíveis efeitos tributários.

Recuperabilidade de diferido sobre prejuízo fiscal

Conforme Nota Explicativa nº 18, a Companhia possui registrado na Rubrica "Impostos diferidos" no ativo não circulante, em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, os montantes de R\$ 116.146 mil e R\$ 142.617 mil, respectivamente, cuja realização está condicionada à geração futuro de lucro tributável, na qual a Administração não nos apresentou adequadamente a análise de recuperabilidade e realização dos respectivos créditos tributários conforme determina a NBC TG 32 (R4) - Tributos sobre o lucro.

Adicionalmente, a Companhia historicamente vem apresentando prejuízo fiscais, na qual somente nos últimos exercícios e em determinados trimestres no exercício corrente houve a geração de lucro tributável. Conseqüentemente, não nos foi possível concluir sobre a manutenção e realização dos tributos diferidos sobre prejuízo fiscal nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025.

#### Realização de impostos a recuperar - Funrural e PerdComp de IRPJ e CSSL

A Companhia mantém registrado na Rubrica "Impostos a recuperar" em 31 de dezembro de 2025, na controladora, o montante de R\$ 131.599 mil, dos quais R\$ 34.928 mil a Administração não apresentou a totalidade das documentações que comprovem sua existência, realização e valorização. Conseqüentemente, em 31 de dezembro de 2025, a Rubrica "Impostos a recuperar", no ativo circulante e na controladora, está apresentada a maior e no patrimônio líquido em R\$ 34.928.

#### Ajustes de exercícios anteriores

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu ajustes de exercícios anteriores diretamente no patrimônio líquido no montante de R\$ 30.173 mil. Esta prática está em desacordo com a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 23 (R2) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que requer que erros de exercícios anteriores sejam corrigidos por meio da reapresentação dos respectivos valores correspondentes. Como consequência, não foi possível concluirmos quanto aos efeitos destes ajustes nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas findas em 31 de dezembro de 2025 e seus possíveis efeitos tributários.

#### Imobilizado

A depreciação dos bens do ativo imobilizado das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi calculada com base nas taxas estabelecidas pela legislação tributária brasileira, contudo, a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 27 (R4) - Ativo Imobilizado, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), determina a utilização da vida útil-econômica dos bens como base para determinar a depreciação anual. Adicionalmente, a Companhia não realizou o estudo e levantamentos do ativo imobilizado com o objetivo de identificar a necessidade do valor recuperável de seus ativos, conforme determina a NBC TG 01 (R4) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A sua investida Urupá Indústria Comércio de Alimentos Ltda, possui em 31 de dezembro de 2025, o montante de R\$ 7.343 mil, registrado na Rubrica "Ativo imobilizado", porém até a data de conclusão de nossos trabalhos não obtivemos acesso ao controle patrimonial do custo dos itens registrado nessa rubrica, bem como sua respectiva depreciação acumulada. Como consequência, não foi possível concluirmos sobre a adequação da mensuração do saldo registrado na Rubrica "Imobilizado", no ativo não circulante da investida e decorrente de tais saldos serem os mais relevantes na investida, também não foi possível concluirmos quanto à adequação da mensuração dos saldos registrados em seu patrimônio líquido e, como consequência, também não foi possível concluirmos quanto aos saldos registrados na Rubrica "Investimentos" nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, bem como seus possíveis efeitos tributários findo naquela data.

Adicionalmente, a Companhia mantém registrado, no ativo não circulante, na Rubrica "Imobilizado", e na Rubrica "Patrimônio líquido", saldos de custo atribuído referente à adoção inicial da NBC TG 27 - Ativo imobilizado, porém até a conclusão de nossos trabalhos não foram encaminhadas as documentações suporte da época para a validação da reavaliação (na época permitida) do ativo imobilizado, bem como os ajustes de avaliação patrimonial, na Rubrica "Patrimônio líquido". Como consequência, não foi possível concluirmos sobre a adequação do saldo registrado na Rubrica "Imobilizado", no ativo não circulante e "Ajuste de avaliação patrimonial", na Rubrica "Patrimônio líquido" bem como os possíveis efeitos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2025 e seus possíveis efeitos tributários.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

### Ênfase

#### Transações significativas com partes relacionadas

A Companhia faz parte de grupo econômico e mantém operações relevantes com partes relacionadas envolvendo, principalmente, transações de mútuos financeiros, adiantamentos, outros créditos e atividades operacionais. Essas transações foram efetuadas de acordo com os termos específicos acordados entre a Administração da Companhia e tais partes relacionadas, que podem não terem sido pactuadas em condições usuais de mercado. Portanto, as demonstrações contábeis anteriormente referida devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

#### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Cuiabá, 29 de abril de 2026.



# VALE GRANDE INDÚSTRIA E COMÉRCIO ALIMENTÍCIOS S.A.

## Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	59.127	99.385	58.827	99.295
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	<u>59.127</u>	<u>99.385</u>	<u>58.827</u>	<u>99.295</u>
Resultado abrangente atribuível aos				
Acionistas controladores	59.127	99.385	58.728	99.281
Acionistas não controladores	-	-	99	14
Resultado abrangente total	<u>59.127</u>	<u>99.385</u>	<u>58.827</u>	<u>99.295</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

# VALE GRANDE INDÚSTRIA E COMÉRCIO ALIMENTÍCIOS S.A.

## Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional, líquida	22	4.322.886	3.616.985	4.323.606	3.614.800
Custo dos produtos vendidos	23	(3.848.756)	(3.125.104)	(3.821.780)	(3.125.104)
Lucro bruto		474.130	491.881	501.826	489.696
Receitas (despesas) operacionais:					
Despesas com vendas	24	(253.366)	(232.589)	(254.617)	(276.215)
Despesas gerais e administrativas	24	(83.592)	(81.756)	(101.874)	(37.370)
Despesas tributárias	-	(9.509)	(9.810)	(9.932)	(10.103)
Outras receitas (despesas) operacionais	24	17.041	7.538	21.256	9.331
Resultado de equivalência patrimonial	11	7.828	(903)	-	-
Lucro antes do resultado financeiro		152.532	174.361	156.659	175.339
Resultado financeiro, líquido	25	(120.352)	(88.265)	(119.912)	(89.154)
Resultado financeiro, líquido		(120.352)	(88.265)	(119.912)	(89.154)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		32.180	86.096	36.747	86.185
Imposto de renda e contribuição social - corrente	18	-	(16.998)	-	(16.998)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	18	26.947	30.287	21.981	30.108
					-
Lucro líquido do exercício		59.127	99.385	58.728	99.295
Resultado atribuível aos					
Acionistas controladores		59.127	99.385	58.728	99.281
Acionistas não controladores		-	-	99	14
Lucro líquido dos exercício		59.127	99.385	58.827	99.295

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

VALE GRANDE INDÚSTRIA E COMÉRCIO ALIMENTÍCIOS S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Bônus de subscrição	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de incentivo fiscal	Lucro/(prejuízo) acumulados	Total patrimônio líquido atribuído aos controladores	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	56.661	63.200	99.058	299.433	(449.724)	68.628	(5)	68.623
Saldos em 1° de janeiro de 2024	56.661	63.200	99.058	299.433	(449.724)	68.628	(5)	68.623
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	99.295	99.295	-	99.295
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(1.004)	-	1.004	-	-	-
Reserva de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	(17.183)	(17.183)	(93)	(17.276)
Reserva de incentivo fiscal	-	-	-	104.168	(104.168)	-	-	-
Retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-
Movimentação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	56.661	63.200	98.054	403.601	(470.776)	150.740	(98)	150.642
Saldos em 1° de janeiro de 2025	56.661	63.200	98.054	403.601	(470.776)	150.740	(98)	150.642
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	59.127	59.127	-	59.127
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(881)	-	881	-	-	-
Reserva de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	(30.713)	(30.713)	16.697	(14.016)
Reserva de incentivo fiscal	-	-	-	107.258	(107.258)	-	-	-
Retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-
Movimentação de não controladores	-	-	-	-	-	-	(397)	(397)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	56.661	63.200	97.173	510.859	(548.739)	179.154	16.202	195.356

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

# VALE GRANDE INDÚSTRIA E COMÉRCIO ALIMENTÍCIOS S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>					
Ajustes de exercícios anteriores		(30.713)	(17.183)	(14.016)	(17.183)
Lucro líquido do exercício		59.127	99.385	58.728	99.295
<b>Ajustes</b>					
Depreciação	12	13.630	11.410	15.643	13.108
Amortização		609	-	717	-
Ajuste a valor presente de contas a receber	5	(1.137)	-	(1.138)	-
Perda esperada com crédito da liquidação duvidosa	5	(1.583)	335	(1.858)	335
Imposto de renda e contribuição social - diferido	18	(26.947)	(30.287)	(21.981)	(30.108)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	18	-	16.998	-	16.998
Resultado de equivalência patrimonial	11	(7.828)	903	-	-
Investimento		41.503	-	-	-
Ajuste a valor presente de Fornecedores	14	(1.674)	-	(2.708)	-
Juros e encargos financeiros	13	67.520	32.866	68.644	34.012
Variação cambial/monetária de empréstimos	13	(4.159)	16.069	(4.159)	16.069
Provisão para contingências	19	1.151	(1.786)	1.151	(1.786)
		<u>109.499</u>	<u>128.710</u>	<u>99.023</u>	<u>130.740</u>
<b>Variação nos ativos e passivos</b>					
Contas a receber	5	(29.598)	(150.377)	(29.176)	(154.092)
Estoques	6	(7.135)	(33.971)	(11.520)	(35.365)
Ativos biológicos	7	-	-	(11.962)	19.882
Impostos a recuperar	8	(35.307)	6.507	(37.402)	6.533
Outros créditos	-	3.395	(1.053)	(3.234)	1.926
Depósitos judiciais	-	(3.302)	(1.191)	(3.303)	(1.190)
Impostos diferidos	18	-	1	(12.012)	1
Direito de uso	-	74	(1.076)	(1.076)	(1.076)
Fornecedores	14	11.314	(955)	18.003	(36.117)
Obrigações trabalhistas e sociais	15	(2.858)	(1.474)	(2.818)	(1.411)
Impostos parcelados	-	3.064	5.410	2.732	5.123
Adiantamentos de clientes	16	82.999	(10.063)	83.037	(10.063)
Obrigações tributárias	17	(14.289)	(17.171)	(14.280)	(17.160)
Outras obrigações	-	(1.465)	3.361	(1.764)	3.229
Instrumentos Financeiros Derivativos	20	(1.811)	1.540	(1.811)	1.540
Passivo de arrendamento	-	(73)	1.088	383	1.088
Caixa líquido das atividades operacionais		<u>114.507</u>	<u>(70.714)</u>	<u>72.820</u>	<u>(86.412)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>					
Aplicações financeiras	4.1	(2.103)	(3.652)	(2.103)	(3.652)
Propriedades para investimentos	9	-	9.112	-	9.112
Investimentos	11	-	-	-	-
Intangível	-	(405)	12.031	204	12.031
Imobilizado	12	(26.406)	(38.792)	7.574	(39.340)
Caixa líquido das atividades de investimentos		<u>(28.914)</u>	<u>(21.301)</u>	<u>5.675</u>	<u>(21.849)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>					
Empréstimos e financiamentos	13	(114.398)	148.068	(91.778)	142.708
Partes relacionadas	10	5.588	(23.435)	(8.981)	(12.791)
Caixa líquido das atividades de financiamentos		<u>(108.810)</u>	<u>124.633</u>	<u>(100.759)</u>	<u>129.917</u>
<b>Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalente de caixa</b>		<u><u>(23.217)</u></u>	<u><u>32.618</u></u>	<u><u>(22.264)</u></u>	<u><u>21.656</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	90.615	58.997	91.681	71.025
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	67.398	90.615	69.417	91.681
<b>Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalente de caixa</b>		<u><u>(23.217)</u></u>	<u><u>32.618</u></u>	<u><u>(22.264)</u></u>	<u><u>21.656</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## 1. Contexto operacional

A Vale Grande Indústria e Comércio de Alimentos S.A. (“Companhia” ou “Frialto”) e; de forma conjunta com suas controladas diretas e indiretas, (“Grupo”), é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de Sinop, Estado de Mato Grosso e teve início de suas atividades em 15 de dezembro de 2003, tendo como objeto social:

- (i) Exploração do Ramo de Abate, Frigorificação, beneficiamento, industrialização, comercialização, exportação e importação de bovinos, bubalinos, suínos, inclusive seus derivados;
- (ii) Comércio Atacadista e Varejista, Exportação e Importação de Carnes de bovinos, bubalinos, suínos, aves, miúdos e todos os seus subprodutos, leite e seus derivados, vegetais e congelados e *in-natura*, frutos do mar, crustáceos, moluscos, invertebrados aquáticos e peixe congelado, Comércio Varejista De Mercadorias Em Lojas De Conveniência;
- (iii) Compra e venda, importação, exportação e operações comerciais e financeiras derivadas de exportação, por conta própria ou de terceiros, sob comissão ou consignação, de produtos de origem agrícola, animal ou mineral, em estado natural ou industrializados;
- (iv) Escritório de Administração e controle, Administração de bens próprios e de terceiros;
- (v) Participação no capital de outras sociedades como acionista ou quotista, como forma de realizar plenamente o seu objetivo social ou para usufruir de incentivos fiscais e financeiros;
- (vi) Transporte rodoviário de cargas (combustíveis e derivados de petróleo, madeira, produtos agrícolas, gado bovino, gado equino, gado suíno, carnes e seus subprodutos);
- (vii) Importação e exportação, fabricação e comercialização de biocombustíveis, éster etílico e éster metílico e seus derivados mediante esmagamento de sementes de oleaginosas e utilização de sebo de origem animal e;
- (viii) Criação de Bovino de Corte.

### Controladora

A Companhia tem sua sede social localizada na Rua Colonizador Ênio Pipino, nº 4001, sala 101, Sinop (MT), com unidades de produção nacional localizadas em Sinop (MT), Matupá (MT), Nova Canãa (MT) e Ji-Paraná (RO). As unidades possuem certificações de Bem-estar Animal HACPP, *Halal* e *IFS Food (International Featured Standards)* e BRC (*Brand Reputation Compliance*).

Em 31 de dezembro de 2025, o parque industrial (consolidado) de bovinos da Companhia tinha uma capacidade diária de abate de 3.550 cabeças/dia e capacidade de desossa de 12.900 peças/dia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### Empresas controladas diretas

- Agropecuária Ponto Alto Ltda (Ponto Alto): iniciou suas atividades em 15 de maio de 2004, estando localizada em Sinop e Matupá (MT), na qual em 15 de maio de 2004, a Companhia adquiriu 99,98% de suas quotas, que tem como objeto social as seguintes atividades: i) Criação de bovinos para corte; ii) Fabricação de alimentos para animais com capacidade de engorda 55 mil animais por ano, o confinamento de Sinop (MT) foi habilitado para o Mercado Europeu, com a certificação ERAS;
- Urupá Indústria e Comércio de Alimentos Ltda: iniciou suas atividades em 31 de agosto de 2006, estando localizada em Ji-Paraná (RO), tem como sua principal atividade, Frigorífico - abate de bovinos.

#### 1.1. Encerramento do processo de recuperação judicial - Grupo

Em 10 de janeiro de 2011, o Plano de Recuperação Judicial (PRJ) foi homologado pelo Juízo de Recuperação, bem como houve a homologação e publicação no Diário Oficial do Estado do Estado de Mato Grosso, passando-se assim a iniciar a contagem dos prazos e índices de correção previstos. Em 08 de maio de 2018, por unanimidade, a Primeira Câmara de Direto Público e Coletivo do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso (TJMT) decretou o fim da recuperação judicial do Grupo, que por sua vez aguardou o julgamento de apelações contra esta decisão, sem efeito suspensivo, para que o processo seja de fato concluído.

Em 28 de fevereiro de 2025, por meio de decisão do Superior Tribunal de Justiça, o Grupo obteve a retirada da expressão 'Em Recuperação Judicial das empresas Urupá Indústria e Comércio de Alimentos Ltda - Em Recuperação Judicial; Agropecuária Ponto Alto Ltda. - Em Recuperação Judicial e Vale Grande Indústria e Comércio de Alimentos S.A. - Em Recuperação judicial. Em 25 de junho de 2025, foi proferida a decisão de transitado e julgado do encerramento definitivo da recuperação judicial, o qual proferiu a retirada da expressão "Em recuperação judicial" das recuperandas junto aos órgãos competentes.

O Grupo apresenta nas presentes demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025, parcelamentos vigentes juntos aos credores do PRJ aprovado, referente a recuperação judicial o qual a contabilização de suas obrigações consta vigente, homologada e publicada, reestruturadas, reconhecidas pelo valor listado conforme o PRJ aprovado, com reconhecimento de juros e correção conforme o PRJ indica cada classe.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e políticas contábeis materiais

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR-GAAP) que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/1976 com alterações da Lei nº 11.638/2007 e Lei nº 11.941/2009 e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com base nos pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 29 de Abril de 2026.

Durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2025 a Administração da Companhia com objetivo de aprimorar a divulgação das suas informações contábeis, reclassificou alguns gastos que estavam sendo considerados como despesa para custos. Esta alteração foi feita para melhor apresentação, dessa forma, harmonizando com os relatórios utilizados pela Administração. Para assegurar a comparabilidade entre os exercícios apresentados, a Companhia apresenta os quadros atualizados de 31 de dezembro de 2024: Demonstrações do resultado

Rubricas	Individual		
	Originalmente apresentado	Reclassificação	Reclassificado
Receita operacional, líquida	(3.616.985)	(2.207)	(3.614.778)
Custo dos produtos vendidos	3.125.104	(2.495)	3.127.599
Despesa com vendas	232.589	(12.253)	244.842
Despesas gerais e administrativas	81.756	23.012	58.744
Despesas tributárias	9.810	(3.838)	13.648
Outras receitas (despesas) operacionais	(7.539)	(104)	(7.435)
Resultado de equivalência patrimonial	903	-	903
Resultado financeiro, líquido	88.265	(2.116)	90.381
Imposto de renda e contribuição social - corrente	16.998	-	16.998
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(30.287)	-	(30.287)
	(99.384)	-	(99.384)

VALE GRANDE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Rubricas	Consolidado		
	Originalmente apresentado	Reclassificação	Reclassificado
Receita operacional, líquida	(3.614.800)	(2.207)	(3.612.593)
Custo dos produtos vendidos	3.125.104	(17.281)	3.142.385
Despesa com vendas	276.215	64.036	212.180
Despesas gerais e administrativas	37.370	(38.445)	75.814
Despesas tributárias	10.103	(3.883)	13.986
Outras receitas (despesas) operacionais	(9.331)	(100)	(9.231)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-
Resultado financeiro, líquido	89.154	(2.119)	91.273
Imposto de renda e contribuição social - corrente	16.998	-	16.998
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(30.108)	-	(30.108)
	(99.294)	-	(99.294)

## 2.2. Base de mensuração das demonstrações consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com a NBC TG 36 (R3) - Demonstrações consolidadas e abrangem as seguintes empresas em 31 de dezembro de 2025:

Investidas	Investimento	Participação em 2024	Participação em 2025	País	Atividade Principal
Urupá Indústria e Comércio de Alimentos Ltda	Controlada	50%	50%	Brasil	Arrendamento operacional
Agropecuária Ponto Alto Ltda	Controlada	99%	99%	Brasil	Confinamento de Bovinos

### a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

A Companhia reconhece a participação de não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminados. Os lucros e os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações contábeis da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial (nota explicativa nº 11).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

b) Perda de controle em controladas

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é mensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

As participações societárias em empresas controladas estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis. Nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas o investimento e todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações e participação do patrimônio líquido nas controladas são eliminados integralmente.

2.3. Transações eliminadas na consolidação

Os princípios da combinação do NBC TG 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas, foram utilizados para a elaboração destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, que considerou os seguintes procedimentos:

- Saldos e transações de ativos ou passivos e quaisquer receitas ou despesas realizadas derivadas das transações de *intercompany* foram eliminadas.
- Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas foram registrados por equivalência patrimonial e foram eliminados contra o investimento na proporção da participação na investida.
- Perdas não realizadas foram eliminadas da mesma maneira que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.4. Moeda funcional e transações e saldos em moeda estrangeira

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da controladora. Todas as demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais, exceto quando disposto o contrário.

As transações e saldos em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional estabelecida, são convertidas pela taxa de câmbio histórica das datas de cada transação, conforme determinado pela NBC TG 02 (R3) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## 2.5. Uso de estimativa e julgamento

A preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas inclui julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As revisões sobre as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

### Incertezas sobre premissas e estimativas

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

### Mensuração do valor justo de ativos biológicos

A mensuração do valor justo dos produtos agrícolas e dos bovinos, nota explicativa nº 07, utiliza premissas com o objetivo de determinar seu valor justo. É utilizada a hierarquia de nível 1 para a mensuração do valor justo dos bovinos, conforme descrito na NBC TG 29 (R2) Ativo Biológico e Produto Agrícola, valendo-se de informações diretamente observáveis.

### Provisão para contingências

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos e as provisões para contingências são constituídas para os riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais, nota explicativa nº 19, referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais. A Administração acredita que essas provisões para riscos processuais estão corretamente apresentadas nestas demonstrações contábeis combinadas.

### Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros

A mensuração a valor justo dos instrumentos financeiros, nota explicativa nº 25, é feita recorrentemente, conforme requerida pelo NBC TG 48 Instrumentos Financeiros. O valor justo de instrumentos financeiros, incluindo os derivativos que não são negociados em mercados ativos é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração da Companhia, com base em informações e condições de mercado existentes na data base destas demonstrações contábeis combinadas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos, nota explicativa nº 18, com base nas diferenças temporárias entre o valor contábil apresentado nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e a base tributária dos ativos e passivos, utilizando as alíquotas vigentes. A Companhia revisa regularmente os tributos diferidos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade econômica.

#### Mensuração do ajuste a valor presente

A Administração realiza avaliação com análise de aplicação de possíveis ajustes a valor presente, com reflexos nos ativos e passivos com efeitos no resultado, com exceção das atualizações dos arrendamentos, que sua contrapartida é registrada no ativo em direito de uso, conforme orienta a NBC TG 06 (R3) - Arrendamentos.

#### Provisão para perdas ao valor recuperável (*Impairment*)

A Companhia realiza a avaliação para perdas ao valor recuperável dos seus ativos, com base nas seguintes estimativas e julgamentos.

Os estoque e ativos biológicos, dispostos nas notas explicativas nº 06 e 07, seguem as valorizações de acordo com a NBC TG 16 (R2) Estoques e NBC TG 29 (R2) Ativo Biológico e Produto Agrícola, onde sua recuperabilidade é avaliada com base nas premissas de cada avaliação e suas abordagens. As notas correspondem à ativos não financeiros.

Os instrumentos financeiros derivativos, conforme nota explicativa nº 25, são avaliados pelo valor justo, determinado pela marcação de mercado (MTM) por cada instituição financeira custodiante dos derivativos contratados. Os instrumentos financeiros são ativos financeiros derivativos.

Os impostos diferidos, dispostos na nota explicativa nº 18, são avaliados em cada apuração, com base nos itens 34 a 36 da NBC TG 32 (R4) - Tributos Sobre o Lucro. Essas movimentações são reconhecidas nas pessoas jurídicas que contenham seu regime de apuração de lucro real, decorrente dos controles a serem realizados para diferenças temporárias recuperáveis ou tributáveis.

No imobilizado, nota explicativa nº 12, os valores são avaliados periodicamente, com base nos inventários físicos, para que não haja bens com valores em uso superior ao valor contábil. É utilizado métodos de precificação baseado em transações de mercado, estado de conservação e características técnicas dos equipamentos, comparação com bases de dados de mercados e fontes especializadas. Após essas avaliações, os valores contábeis registrados acima do seu valor em uso, são baixadas como despesa para o resultado. Os saldos são correspondentes à ativos não financeiros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### Direito de uso dos ativos e passivos de arrendamento

A Companhia indexou seus ativos de direito de uso e passivo em reais, no momento da adoção, assim como nas atualizações de acordo com o preço de mercado ou valor estipulado em contrato. Aplica-se no momento inicial de reconhecimento e posteriormente são realizadas as atualizações monetárias advindas das alterações dos índices e ajustes a valor presente, conforme NBC TG 12 (R1).

#### Vida útil do ativo imobilizado

Os ativos imobilizados, nota explicativa nº explicativa nº 12, da Companhia são reconhecidos pelo seu valor de custo menos qualquer depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, levando em consideração a vida útil estimada dos bens.

Os custos antecedentes à aquisição são incorporados ao valor residual do imobilizado, demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos, áreas rurais e benfeitorias em andamento).

### 3. Políticas contábeis materiais e elucidativas

As principais políticas contábeis adotadas na preparação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

#### 3.1. Instrumentos financeiros

As políticas contábeis envolvendo instrumentos financeiros são:

##### Ativos financeiros

##### Classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); ou (iii) valor justo por meio do resultado (VJR).

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no VJORA somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao VJORA ou mesmo ao VJR. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

#### b) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

c) Valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros - ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

d) Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo.

Passivos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração

Os passivos financeiros da Companhia são classificados e mensurados de acordo com as disposições da norma NBC TG 48 - Instrumentos Financeiros, podendo ser reconhecidos sob duas categorias principais:

Valor Justo por Meio do Resultado (VJR) - Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado quando:

- Sejam mantidos para negociação (como instrumentos financeiros derivativos);
- Sejam designados para essa categoria no momento do reconhecimento inicial, quando essa classificação resultar em uma mensuração mais relevante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Os passivos financeiros nesta categoria são inicialmente registrados a valor justo, e qualquer variação subsequente, incluindo ganhos e perdas com juros ou mudanças no valor justo, é reconhecida diretamente no resultado do exercício. Os custos de transação relacionados a esses passivos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Mensurados ao Custo Amortizado - Os passivos financeiros que não se enquadram na categoria de valor justo pelo resultado são mensurados pelo custo amortizado (por exemplo, empréstimos/financiamentos e obrigações com fornecedores), sendo inicialmente reconhecidos a valor justo, ajustado pelos custos de transação diretamente atribuíveis.

Posteriormente, esses passivos são registrados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, que considera os encargos financeiros e demais custos associados.

A classificação de cada passivo financeiro é realizada no momento do reconhecimento inicial e revisada periodicamente conforme aplicável.

#### b) Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda são capitalizados como parte do custo destes ativos durante o período de construção ou produção. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Companhia incorre em conexão com a captação de recursos.

#### c) Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecidos na demonstração do resultado.

### 3.2. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros incluem proteção natural dos ativos e passivos e produtos financeiros, que são reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 - Instrumentos Financeiros. Inicialmente, exceto o contas a receber que é reconhecido ao seu preço de transação (conforme NBC TG 47 - Receita de contrato com cliente), os instrumentos financeiros são mensurados ao seu valor justo e acrescidos, no caso de instrumentos financeiros que não sejam mensurados ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. A classificação de instrumentos financeiros de acordo com a NBC TG 48 está demonstrada na nota 27, demonstrando os instrumentos financeiros por categoria.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### 3.3. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

#### a) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data da apresentação das demonstrações contábeis combinadas para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras;
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

#### Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

#### Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

#### b) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que são os estoques, imobilizado e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada apresentação das demonstrações contábeis combinadas para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidade Geradora de Caixa (UGC).

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para realização das vendas. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### 3.4. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Inclui caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

#### 3.5. Contas a receber de clientes

São apresentadas aos valores presente e de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo são atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. São constituídas Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) em montante considerado suficiente pela Administração com o monitoramento de créditos e duplicatas vencidas e de risco de não recebimento dos valores decorrentes de operações de vendas a prazo.

#### 3.6. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, ajustados ao valor de mercado e pelas eventuais perdas, quando aplicável. Inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

#### 3.7. Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo menos as despesas de vendas no momento do reconhecimento inicial e no final de cada exercício. Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado na rubrica de custo dos produtos vendidos. As atividades agrícolas, tais como, aumento de rebanho provenientes de operações de confinamento de gado ou de gado a pasto e de cultivos de agriculturas diversas estão sujeitas a determinação dos seus valores justos baseando-se no conceito de valor a mercado "*Mark to Market - MtM*".

#### 3.8. Imobilizado

##### Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O custo de determinados itens do imobilizado foi apurado por referência à reavaliação realizada em data anterior à promulgação da Lei no11.638/2007, vigente desde 1o de janeiro de 2008, desta forma, não se fazendo necessária à época a avaliação do custo atribuído (*Deemed Cost*).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia e suas controladas inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis estão sendo capitalizados desde 1º de janeiro de 2009.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia e de suas controladas, originados de operações de arrendamento, são registrados como um direito de uso reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens ou prazo de arrendamento.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil líquido do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas no resultado.

#### Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado, baseando-se no método linear com base nas vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis médias estimadas pela Administração da Companhia, apoiada em estudos técnicos para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Controladora a.a.	Consolidado a.a.	Controladora a.a.	Consolidado a.a.
Edificações e construções	2%	2%	2%	2%
Máquinas e equipamentos	7%	7%	7%	7%
Instalações	9%	9%	9%	9%
Móveis e utensílios	9%	9%	9%	9%
Equipamentos de informática	22%	22%	22%	22%
Veículos	15%	15%	15%	15%
Outros	7% a 15%	7% a 15%	7% a 15%	7% a 15%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais estão de acordo com a Receita Federal do Brasil, na qual eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

O saldo da reserva de reavaliação, conforme facultado pela Lei no 11.638/07 e mencionado na Nota Explicativa no 20, será mantido até sua completa amortização, por depreciação integral ou alienação dos bens.

### 3.9. Arrendamentos

Os contratos são considerados como arrendamentos quando atenderem cumulativamente as condições a seguir:

- Um ativo identificável especificado explicitamente ou implicitamente. Neste caso, o fornecedor não tem a prática de substituir o ativo, ou a substituição não traria nenhum benefício econômico para o fornecedor;
- O direito de controle do uso do ativo durante o contrato. Neste caso, a Sociedade deve ter autoridade para tomada de decisões sobre o uso do ativo e capacidade de obter substancialmente todos os benefícios econômicos pelo uso do ativo.

O ativo de direito de uso é inicialmente mensurado pelo custo e compreende o montante inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento efetuado antes do início do contrato, adicionado de qualquer custo direto inicial incorrido e estimativa de custo de desmontagem, remoção, restauração do ativo no local onde está localizado, menos qualquer incentivo recebido.

O ativo de direito de uso é depreciado subsequentemente usando o método linear desde a data de início até o final da vida útil do direito de uso ou o término do prazo do arrendamento.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos não efetuados, descontado à taxa de empréstimo incremental. O passivo de arrendamento é mensurado subsequentemente pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

### 3.10. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste de avaliação do valor recuperável. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém são submetidos a teste anual de redução a seu valor recuperável.

### 3.11. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são ajustados, quando relevante, ao seu valor presente, e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Para o cálculo do ajuste a valor presente, a Companhia e suas controladas consideram o montante a ser descontado, as datas de realização e liquidação com base em taxas de desconto que refletem o custo do dinheiro no tempo para a Companhia e suas controladas, o que ficou em torno de uma taxa de desconto de 8% ao ano, apurada com base no custo médio ponderado de capital da Companhia e suas controladas, bem como os riscos específicos relacionados aos fluxos de caixa programados para os fluxos financeiros em questão. Os prazos de recebimentos e pagamentos de contas a receber e a pagar, advindos das atividades operacionais da Companhia e suas controladas são baixos, assim, resultam em um montante de desconto considerado irrelevante para registro e divulgação, pois o custo da geração da informação, supera o seu benefício. Para os ativos e passivos não circulantes, quando aplicáveis e relevantes, são calculados e registrados.

### 3.12. Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido da Companhia e suas subsidiárias localizadas no Brasil são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil/ano para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais, diferenças por adoção de práticas contábeis (IFRS) e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

### 3.13. Benefícios a empregados

A Companhia não possui benefícios pós-emprego, tais como, planos de contribuição e/ou benefícios definidos. Cabe destacar que, todos os benefícios e licenças remuneradas de curto prazo, assim como participações nos lucros e gratificações estão de acordo com os requerimentos dos respectivos pronunciamentos contábeis.

### 3.14. Reconhecimento da receita de vendas

As receitas da Companhia e suas controladas derivam essencialmente da venda de produtos, que são reconhecidas quando a obrigação de desempenho é atendida e cujas mercadorias são destinadas aos mercados interno e externo.

As receitas reconhecidas tanto no mercado interno como no mercado externo, estão sujeitas a avaliações e julgamentos pela Administração da Companhia na determinação do seu reconhecimento contábil.

A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas, e os descontos sobre vendas quando conhecidos.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas pelo valor da contrapartida à qual a Companhia e suas controladas esperam ter direito, deduzidas de devoluções, descontos, abatimentos e outras deduções, se aplicável, sendo reconhecida à medida que a Companhia e suas controladas satisfaçam sua obrigação de desempenho. A abertura da receita de vendas está demonstrada na Nota Explicativa no 21.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### 3.15. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro (prejuízo) por lote de mil ações utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

### 3.16. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

#### a) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis

A IAS 21/CPC 02 (R2), antes das Alterações, não incluía requisitos explícitos para a determinação da taxa de câmbio quando uma moeda não é conversível em outra, o que levava a divergências na prática.

Uma moeda é considerada conversível quando a entidade consegue trocá-la por outra moeda por meio de mercados ou mecanismos cambiais que gerem direitos e obrigações exigíveis, sem atrasos indevidos na data de mensuração e para o fim determinado. Por outro lado, uma moeda não é tratada como conversível se, na data de mensuração e para o propósito especificado, a entidade só puder obter da outra moeda um valor meramente simbólico ou irrelevante.

As alterações incluem principalmente o seguinte:

- Requisitos para avaliar quando uma moeda é conversível em outra e quando não é;
- Requisitos para estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível em outra;
- Requisitos adicionais de divulgação quando uma entidade estima a taxa de câmbio à vista porque uma moeda não é conversível em outra;
- Orientações de aplicação para ajudar as entidades a avaliar se uma moeda é conversível em outra e a estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível;
- Exemplos ilustrativos; e
- Alterações à IFRS 1/CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro - para alinhar os requisitos relacionados à hiperinflação severa à IAS 21/CPC 02 (R2) alterada.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

- A Entidade adotou as alterações à IAS 21/CPC 02 (R2) pela primeira vez no exercício corrente, entretanto, após análise interna, concluímos que tais alterações não acarretam impactos para a Entidade, por três razões principais:
- a Entidade não opera em ambientes com restrições cambiais relevantes;
- a Entidade não mantém operações no exterior ou estruturas societárias que dependam de conversão complexa de demonstrações contábeis; e
- Nossos fluxos financeiros e transações em moedas estrangeiras já seguem práticas compatíveis com o tratamento previsto pela norma.

Diante disso, concluímos que as revisões introduzidas no CPC 02 (R2) não alteram a contabilização, mensuração ou divulgação das operações da Entidade, não havendo impactos relevantes nas demonstrações contábeis ou em nossos procedimentos internos.

- b) Orientação Técnica OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO<sub>2</sub>e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)

Por meio da Resolução CVM nº 223/24 a autarquia tornou obrigatória a adoção desta orientação por todas as Entidades abertas e supervisionadas pela CVM para os exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025.

Esta Orientação trata dos critérios contábeis de reconhecimento, mensuração e evidenciação dos eventos econômicos relacionados à participação ou atuação de entidades em mercados compulsórios ou voluntários de créditos de carbono (tCO<sub>2</sub>e) (comumente chamados de mercados de créditos de carbono), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO).

A entidade precisou avaliar, dentre as abordagens aceitáveis para contabilizar operações de negociação de créditos de carbono, qual é a mais adequada no contexto de seu negócio e divulgar tal definição na seção de políticas contábeis, pois julgamos que esta informação é importante para uma apropriada interpretação das demonstrações contábeis por parte de seus usuários.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

3.17. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2025

Para as seguintes normas ou alterações a Companhia ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações contábeis - A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações contábeis (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações contábeis consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;
- A Resolução CVM 211 - torna obrigatório para as companhias o Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, emitido pelo CPC, conforme Anexo "A" da Resolução - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025;
- A Resolução CVM 212 - torna obrigatório para as companhias a Interpretação Técnica ICPC 09 (R3) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial, emitida pelo CPC - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025;
- Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025;
- Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- Sustentabilidade ISSB (IFRS S1 e S2) - Em 20 de outubro de 2023 a CVM dispõe sobre a elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, com base no padrão internacional emitido pelo *International Sustainability Standards Board* - ISSB. A nova Norma de Sustentabilidade ISSB (IFRS S1 e S2) será efetiva para o exercício iniciado após 1o de janeiro de 2024.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Em relação às alterações da IFRS 19, a Companhia espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos

4. Caixa e equivalentes de caixa

Os ativos financeiros da Companhia e suas controladas encontram-se como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	433	679	441	682
Numerários em trânsito	5.340	4.858	5.340	4.858
Banco	12.061	9.881	12.106	10.944
Aplicação financeira	49.564	75.197	51.530	75.197
	<u>67.398</u>	<u>90.615</u>	<u>69.417</u>	<u>91.681</u>

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixas os saldos que visam atender a compromissos de curto prazo. Possuem alta liquidez e baixo risco de mudança de valor, com vencimento em até 90 dias da data do investimento e prontamente conversíveis em caixa.

As aplicações financeiras são remuneradas a preços e taxas de mercado, atualizadas pelos rendimentos auferidos até a data de 31 de dezembro de 2025, a aplicação é atrelada ao CDI 100% com rendimento médio em 12% a.a.

4.1 - Aplicações financeiras

O detalhamento abaixo compreende as demais aplicações financeiras com vencimentos das operações ultrapassando 90 dias. Os saldos de aplicações financeiras em não circulante referem-se às operações caucionadas atrelados à crédito de longo prazo captados pela Companhia, bem como os investimentos em títulos cujos vencimentos são superiores a 365 dias:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações financeiras - longo prazo	-	-	-	-
Fundo de reserva - CRA	4.421	4.272	4.421	4.272
Multiplike	3.038	1.084	3.038	1.084
	<u>7.459</u>	<u>5.356</u>	<u>7.459</u>	<u>5.356</u>

VALE GRANDE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber - Mercado interno	117.579	190.867	117.937	191.095
Contas a receber - Mercado externo	199.485	97.730	199.485	97.730
(-) Provisão para clientes com liquidação duvidosa	(1.583)	(4.600)	(1.858)	(4.600)
(-) Ajuste a valor presente VP	(1.137)	(1.971)	(1.138)	(1.971)
	<u>314.344</u>	<u>282.026</u>	<u>314.426</u>	<u>282.254</u>
Curto prazo	313.266	280.948	313.348	281.176
Longo prazo	1.078	1.078	1.078	1.078
	<u>314.344</u>	<u>282.026</u>	<u>314.426</u>	<u>282.254</u>

A seguir estão demonstrados os saldos de contas a receber, líquido da provisão para perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa, por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	135.279	168.155	135.361	167.503
Até 30 dias	-	61.754	-	61.754
Até 60 dias	170.165	45.758	170.165	45.758
Até 90 dias	1.810	6.877	1.810	6.877
Acima 180 dias				
Vencidas:	1.712	1.930	1.712	1.930
Até 30 dias	441	34	441	46
De 31 a 90 dias	1.307	2	1.307	2
De 91 a 180 dias	3.630	5.165	3.630	6.033
Total	<u>314.344</u>	<u>289.675</u>	<u>314.426</u>	<u>289.903</u>

As perdas esperadas são estimadas com base em análises históricas e situação atual dos clientes. As perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa, bem como suas reversões são registradas na demonstração do resultado na Rubrica "Despesas com vendas". A movimentação das perdas esperadas com créditos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão assim apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	(4.600)	(4.265)	(4.600)	(4.266)
(+) Adições	(1.583)	(335)	(1.858)	(334)
(-) Baixas	4.600	-	4.600	-
	<u>(1.583)</u>	<u>(4.600)</u>	<u>(1.858)</u>	<u>(4.600)</u>

A Companhia não possui nenhuma garantia para os títulos em atraso.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 6. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Produtos acabados	80.246	66.463	80.246	66.463
Materiais indiretos (uso e consumo)	16.879	15.759	17.549	16.528
Materiais diretos (embalagem)	11.492	18.606	11.492	18.606
Em trânsito	1.121	1.168	1.128	1.168
Estoque para revenda	91	81	91	81
Insumos agropecuários	-	-	14.656	10.158
Bovinos	-	-	53	74
(-) Ajuste a valor presente	(617)	-	(617)	-
	<u>109.212</u>	<u>102.077</u>	<u>124.599</u>	<u>113.079</u>

Não há produtos acabados cujo valor de mercado seja inferior ao custo e a Companhia não possui estoques dados em garantia.

Em 31 de dezembro de 2025, a Administração da Companhia analisou o giro do estoque no período e não identificou a necessidade de constituição da provisão para perdas.

## 7. Ativos biológicos

A atividades de pecuárias, referentes a aumento de rebanho decorrente de operações de confinamento de gado ou de gado a pasto estão sujeitas a realizar a valorização de seus ativos, a fim de se determinar o valor justo dos mesmos, baseando-se no conceito de valor a mercado "*Mark to Market (MtM)*", menos as despesas estimadas de vendas, no mínimo durante os encerramentos trimestrais, reconhecendo os efeitos destas valorizações diretamente no resultado, na rubrica de "Custos dos produtos vendidos". A mensuração do valor justo dos ativos biológicos, se enquadram no Nível 1 da hierarquia de mensuração pelo valor justo, de acordo com a hierarquia do CPC 46, por tratar-se de ativos com preços cotados em mercado.

Em 31 de dezembro de 2025, os animais de fazenda mantidos eram compostos de 193 bovinos (Em 31 de dezembro de 2024, os animais de fazenda mantidos eram compostos de 126 bovinos).

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía quaisquer tipos de ativos biológicos com titularidade restrita ou dados como garantia de exigibilidades, bem como não existiam quaisquer outros riscos (financeiros, compromissos e climáticos) que impactassem os ativos biológicos da Companhia.

A variação de ganhos e perdas do valor justo dos ativos biológicos é reconhecida na rubrica de "Custo dos Produtos Vendidos (CPV)".

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As operações relativas aos ativos biológicos da Companhia e suas controladas são representadas por gado bovino a pasto (extensivo) e por gado bovino de confinamento de curto prazo (intenso). A operação é realizada através da aquisição de ativos biológicos para revenda, cuja valorização a mercado é mensurada de forma confiável, em virtude da existência de mercados ativos para essa avaliação.

## 8. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Pis/cofins - per/dcomp (a)	63.418	51.503	64.092	51.503
IRPJ recolhido por estimativa (b)	13.608	13.465	13.608	13.465
Cofins a recuperar (a)	20.813	13.141	20.828	13.141
Pis a recuperar (a)	4.520	2.854	4.524	2.854
CSLL recolhido por estimativa (b)	4.910	4.910	4.910	4.910
Crédito previdenciário INSS	-	4.807	-	4.807
Icms a recuperar (c)	6.035	2.002	6.035	2.002
Outros impostos a recuperar	1.105	3.580	1.254	3.580
Recuperação Funrural (d)	16.943	-	18.222	-
IRPJ saldo negativo	247	-	247	-
	<u>131.599</u>	<u>96.262</u>	<u>133.720</u>	<u>96.318</u>

### a) PIS e COFINS - Per / **Dcomp** / a recuperar

Os créditos do PIS e da COFINS são provenientes da apropriação do crédito presumido na aquisição de matéria-prima proporcional ao valor exportado, conforme previsto na Lei 12.058/2009, além de outros créditos gerados a partir da aquisição de demais insumos produtivos, com base nas Leis nº 10.637/2002, 10.833/2003 e 11.033/2004. Os créditos de PIS e COFINS apresentados na rubrica a recuperar referem-se a saldos que não foi incluído na obrigação acessória de PERDCOMP a ser realizada trimestralmente.

### b) IRPJ / CSLL recolhido por estimativa

Os créditos de IRPJ e CSLL recolhidos por estimativas refere-se à apuração do lucro real por estimativa mensal. Os valores recolhidos durante o exercício apresentaram saldo superior a apuração final, resultado em valores a recuperar.

### c) ICMS a Recuperar

Os créditos de ICMS são ocasionados pelo fato de as exportações da Companhia atingirem valores superiores às vendas no mercado interno, gerando créditos que, depois de homologados pela Secretária da Fazenda Estadual, são utilizados para compra de insumos para produção, podendo também ser vendidos a terceiros, conforme previsto na Legislação vigente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### d) Recuperação de Funrural

Diante da jurisprudência vinculante atual (do STJ) e sendo reconhecido o FUNRURAL sub-rogado como indevido, já estaria prescrito o direito à recuperação dos recolhimentos realizados pelas empresas da Frialto no âmbito do PRR no período anterior a jul/2020 (além da discussão acerca da possibilidade ou não de rever a confissão de dívida passado o prazo de 5 anos - efeitos futuros). Todavia, neste caso específico nos parece haver uma exceção à regra, que abre um espaço adicional, e muito relevante, para recuperação do indébito. A própria Lei do PRR dispõe que o débito parcelado seria recuperável, na hipótese de declaração de inconstitucionalidade pelo STF (esta é a interpretação que fazemos do §4º do art. 1º da referida Lei, embora isso não seja literal). Partindo desta premissa, ao fazê-lo, a nosso ver, o Poder Público induziu o contribuinte a iniciar os pagamentos (no âmbito do PRR), mantendo a possibilidade de revisão futura, dependente de o STF considerar legítima ou não a cobrança. Com isso, esse diferimento do termo a quo da prescrição seria parte integrante do acordo de adesão

#### 9. Propriedades para investimentos

Estes ativos são compostos de terrenos e edificações cuja destinação, na qual estão apresentados pelo seu valor de custo.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Construções	2.596	2.596	2.596	2.596
Terrenos	1.231	1.231	1.231	1.231
Instalações	107	107	107	107
	<u>3.934</u>	<u>3.934</u>	<u>3.934</u>	<u>3.934</u>

#### 10. Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas, realizadas em condições de mercado estão sumarizadas em tabelas demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Partes relacionadas ativo				
<i>Adiantamentos</i>				
Frigorífico Vale do Lira	1.428	1.300	1.428	1.300
Adiantamentos a Sócios	28.145	16.480	42.491	33.844
Agropecuária Ponto Alto	-	150.747	-	-
<i>Clientes partes relacionadas</i>				
Tereza Luiza Bellincanta	-	54	-	54
Agropecuária Ponto Alto	439	-	439	-
<i>Partes relacionadas RJ</i>				
Agropecuária Ponto Alto (ii)	127	127	-	-
	<u>30.140</u>	<u>168.708</u>	<u>44.359</u>	<u>35.198</u>

VALE GRANDE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Partes relacionadas passivo				
<i>Adiantamentos</i>				
Urupá Indústria de Alimentos S/A	5.333	5.344	-	-
Adiantamento a Sócios	-	86	1.990	2.594
Agropecuária Ponto Alto LTDA (a)	21.740	-	-	-
<i>Empréstimos</i>				
Agropecuária Ponto Alto LTDA	750	750	-	-
Urupá Indústria de Alimentos S/A	18.463	18.531	-	-
<i>Fornecedores</i>				
Agropecuária Ponto Alto LTDA	4.746	-	-	-
Urupá Indústria de Alimentos S/A	11	-	-	-
<i>Fornecedores não estratégico</i>				
Sócios	7.190	7.076	7.190	7.348
Fornecedores partes relacionadas	112	-	503	-
<i>Partes Relacionadas RJ</i>				
Agropecuária Ponto Alto LTDA (ii)	1.849	1.849	-	-
Urupá Indústria de Alimentos S/A (ii)	1.296	1.296	-	-
	<u>61.490</u>	<u>34.932</u>	<u>9.683</u>	<u>9.942</u>

(a) Saldo a pagar a outras partes relacionadas, refere-se à aquisição de bovinos com empresas pertencentes a acionistas da Companhia, as transações são realizadas com base em condições normais de mercado.

#### Transações com acionistas e pessoas ligadas

Os demais ativos e passivos com acionistas e outras pessoas ligadas possuem as seguintes naturezas:

- (i) venda de gado de propriedade das pessoas física, realizadas dentro dos mesmos critérios de compra praticadas com terceiros, no que se refere a logística de entrega dos animais, preços, condições de pagamento etc.;
- (ii) saldos provenientes da recuperação Judicial, os quais possuem seus critérios de pagamento contemplados no plano de recuperação da Companhia.

#### Remuneração da Administração

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia contabilizou despesa com remuneração de seu pessoal-chave (Conselheiro de Administração, Conselho Fiscal e Diretores estatutários da Companhia) no montante de R\$ 3.203 mil (R\$ 2.116 mil em 31 de dezembro de 2024). Toda a remuneração é de curto prazo.

Os membros suplentes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal são remunerados por cada reunião de Conselho em que comparecem.

VALE GRANDE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em caso de rescisão de contrato de trabalho não existem quaisquer benefícios pós-mandato.

A Companhia não possui políticas de benefícios de remuneração ao pessoal-chave da administração que se caracterizem como: benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho, remuneração com base em ações ou outros benefícios de longo prazo.

11. Investimentos

a) Composição dos saldos de investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Investimentos				
Urupá Indústria e Com. de A. Ltda.	16.199	58.199		
Agropecuária Ponto Alto Ltda	114.007	-		
	130.207	58.199	-	-
			-	-
Provisão para perdas de investimentos				
Agropecuária Ponto Alto Ltda	-	(53.856)	-	-
	-	(53.856)		
Investimentos e perdas, líquido	130.207	4.343	-	-

b) Principais informações das controladas

	Principal seguimento de atuação	Participação direta (%)	31/12/2025	
			Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo)
Controladas				
Urupá Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.	Alimentícios	50,00%	32.399	(994)
	Criação de bovinos para corte		105.586	8.424
Agropecuária Ponto Alto Ltda.		99,99%		

VALE GRANDE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Principal seguimento de atuação	% de participação direta	Patrimônio Líquido	31/12/2024 Lucro (prejuízo)
Controladas				
Urupá Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.	Alimentícios	50,00%	59.191	(993)
Agropecuária Ponto Alto Ltda.	Criação de bovinos para corte	99,98%	(53.952)	-

c) Principais informações das controladas

	31/12/2024	Resultado Equivalência Patrimonial	Ajuste Equivalência Patrimonial	Aumento na Participação	31/12/2025
Investimentos em Coligadas e Controladas					
Urupá Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.	58.199	(497)	(41.502)	-	16.199
Agropecuária Ponto Alto Ltda.	(53.855)	8.325	-	159.538	114.008
	4.344	7.828	(41.502)	159.538	130.207

	31/12/2023	Resultado Equivalência Patrimonial	Ajuste Equivalência Patrimonial	Aumento na Participação	31/12/2024
Investimentos em Coligadas e Controladas					
Urupá Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.	59.192	(993)	-	-	58.199
Agropecuária Ponto Alto Ltda.	(53.945)	90	-	-	(53.855)
	5.247	(903)	-	-	4.344

VALE GRANDE INDÚSTRIA E COMÉRCIO ALIMENTÍCIOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imobilizado

a) Composição do imobilizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Controladora

	Custo histórico	Depreciação acumulada	31/12/2025	31/12/2024
Imóveis rurais	136.090	-	136.090	136.090
Terrenos	8.254	-	8.254	8.254
Edificações e construções	123.451	(41.789)	81.662	80.179
Máquinas e equipamentos	99.365	(55.318)	44.046	38.618
Instalações	55.833	(21.224)	34.609	34.380
Móveis e utensílios	6.570	(3.290)	3.280	2.665
Equipamentos de informática	9.736	(6.993)	2.743	2.949
Veículos	14.138	(10.717)	3.422	2.167
Consórcios	389	-	389	228
Obras em andamento	3.512	-	3.512	1.495
Adiantamentos para aquisição de imobilizado	327	-	327	782
Aeronaves	2.250	-	2.250	-
	<u>459.915</u>	<u>(139.332)</u>	<u>320.583</u>	<u>307.807</u>

VALE GRANDE INDÚSTRIA E COMÉRCIO ALIMENTÍCIOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado:

	Custo histórico	Depreciação acumulada	31/12/2025	31/12/2024
Imóveis rurais	158.697	-	158.697	158.122
Animais de trabalho	290	(200)	90	49
Terrenos	8.858	-	8.858	10.345
Edificações e construções	155.809	(61.095)	94.714	120.686
Máquinas e equipamentos	118.160	(70.101)	48.058	54.838
Instalações	72.156	(37.370)	34.786	30.424
Móveis e utensílios	6.810	(3.460)	3.351	2.738
Equipamentos de informática	10.075	(7.237)	2.837	3.000
Veículos	16.010	(12.062)	3.948	2.752
Obras em andamento	4.219	-	4.219	2.063
Adiantamentos para aquisição de imobilizado	327	-	327	782
Matrizes e Reprodutores	9	(9)	-	-
Aeronaves	3.150	(180)	2.970	810
Sistema de irrigação	196	(175)	21	-
Consórcios	1.013	-	1.013	498
Outros	40	-	40	39
	<u>555.819</u>	<u>(191.889)</u>	<u>363.929</u>	<u>387.146</u>

VALE GRANDE INDÚSTRIA E COMÉRCIO ALIMENTÍCIOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Movimentação sumária do imobilizado no exercício de 01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Controladora:

	31/12/2024	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação (Adição)	Depreciação (Baixa)	31/12/2025
Imóveis rurais	136.090	-	-	-	-	-	136.090
Terrenos	8.254	-	-	-	-	-	8.254
Edificações e construções	80.179	248	-	4.796	(3.560)	-	81.662
Máquinas e equipamentos	38.618	7.361	(15)	2.671	(4.600)	11	44.046
Instalações	34.380	226	-	3.807	(3.805)	-	34.609
Móveis e utensílios	2.665	534	(64)	502	(360)	2	3.280
Equipamentos de informática	2.949	600	(40)	287	(1.054)	-	2.743
Veículos	2.167	1.413	(181)	93	(251)	181	3.422
Consórcio	228	162	-	-	-	-	389
Obras em andamento	1.495	9.061	-	(7.044)	-	-	3.512
Adiantamentos para aquisição de imobilizado	782	7.008	(101)	(7.362)	-	-	327
Aeronaves	-	-	-	2.250	-	-	2.250
	<u>307.807</u>	<u>26.613</u>	<u>(401)</u>	<u>-</u>	<u>(13.630)</u>	<u>194</u>	<u>320.583</u>

VALE GRANDE INDÚSTRIA E COMÉRCIO ALIMENTÍCIOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado:

	31/12/2024	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação (Adição)	Depreciação (Baixa)	31/12/2025
Imóveis rurais	158.122	575	-	-	-	-	158.697
Animais de trabalho	49	60	-	-	19	-	90
Terrenos	10.345	-	(1.487)	-	-	-	8.858
Edificações e construções	120.686	248	(26.394)	5.022	(4.848)	-	94.714
Máquinas e equipamentos	54.838	8.540	(12.955)	2.671	(5.048)	11	48.058
Instalações	30.424	278	4.016	3.882	(3.813)	-	34.786
Móveis e utensílios	2.738	556	(80)	502	(368)	2	3.351
Equipamentos de informática	3.000	669	(36)	287	(1.082)	-	2.837
Veículos	2.752	1.415	(181)	155	(375)	181	3.948
Obras em andamento	2.063	9.833	(270)	(7.407)	-	-	4.219
Adiantamento aquisição A. Fixo	782	7.008	(101)	(7.362)	-	-	327
Sistema de irrigação	-	22	-	-	(1)	-	21
Aeronaves	810	-	-	2.250	(90)	-	2.970
Consórcios	498	515	-	-	-	-	1.013
Outros	39	1	-	-	-	-	40
	<u>387.416</u>	<u>29.721</u>	<u>(37.489)</u>	<u>-</u>	<u>(15.643)</u>	<u>194</u>	<u>363.930</u>

VALE GRANDE INDÚSTRIA E COMÉRCIO ALIMENTÍCIOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Empréstimos e financiamentos

a) Composição dos empréstimos e financiamentos

	Individual		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
ACC/ACE	83.729	67.002	83.729	67.002
Moeda nacional	429.213	417.903	453.432	417.903
Finem	3.157	3.157	3.157	3.157
Ativo fixo	204	200	204	200
Duplicatas descontadas	40.308	104.590	42.602	107.361
Informações dos empréstimos e financiamentos (a)	556.611	592.852	583.124	595.623
CRA - Cédula de produto rural financeiro (b)	80.927	95.723	80.927	95.723
	<u>80.927</u>	<u>95.723</u>	<u>80.927</u>	<u>95.723</u>
	<u>637.538</u>	<u>688.575</u>	<u>664.051</u>	<u>691.346</u>
No passivo circulante	194.427	241.146	215.815	243.917
No passivo não circulante	443.111	447.429	448.236	447.429
	<u>637.538</u>	<u>688.575</u>	<u>664.051</u>	<u>691.346</u>

b) Mapa de movimentação de empréstimos e financiamentos

Modalidade	31/12/2024	Novos empréstimos	Provisão juros	Variação	Pagamentos	Controladora
						31/12/2025
ACC/ACE	67.002	834.811	6.778	(4.159)	(820.704)	83.729
Moeda nacional	417.903	75.580	30.175	-	(94.445)	429.213
Finem	3.157	-	(1)	-	1	3.157
Ativo fixo	200	-	4	-	-	204
Desc. duplicata	104.590	1.065.192	13.464	-	(1.142.937)	40.308
CRA	95.723	-	17.100	-	(31.896)	80.927
	<u>688.575</u>	<u>1.975.584</u>	<u>67.520</u>	<u>(4.159)</u>	<u>(2.089.982)</u>	<u>637.538</u>
Modalidade	31/12/2024	Novos empréstimos	Provisão juros	Variação	Pagamentos	Consolidado
ACC/ACE	67.002	834.811	6.778	(4.159)	(820.704)	83.729
Moeda nacional	417.903	103.580	30.592	-	(98.643)	453.432
Finem	3.157	-	(1)	-	1	3.157
Ativo fixo	200	-	4	-	-	204
Desc. duplicata	107.361	1.117.382	14.171	-	(1.196.311)	42.602
CRA	95.723	-	17.100	-	(31.896)	80.927
	<u>691.346</u>	<u>2.055.774</u>	<u>68.644</u>	<u>(4.159)</u>	<u>(2.147.554)</u>	<u>664.051</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição dos empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
2025	-	241.146	-	243.917
2026	194.427	41.699	215.815	41.699
2027	61.338	35.639	66.463	35.639
2028	46.710	46.710	46.710	46.710
Acima de 2029	335.063	323.381	335.063	323.381
	<u>637.538</u>	<u>688.575</u>	<u>664.051</u>	<u>691.346</u>

A Companhia vem restabelecendo seu relacionamento com o mercado financeiro, acessando novas linhas de crédito para financiamento de capital de giro, tanto para operações destinadas ao mercado interno, quanto ao mercado internacional, através de adiantamentos sobre contratos de exportação e cédulas de créditos para exportação e nota de crédito à exportação entre outros créditos.

A seguir detalhamos os principais empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2025, bem como destacamos o cumprimento naquela data com todas as cláusulas contratuais restritivas (covenants) a seguir evidenciadas em cada modalidade de empréstimos e financiamentos:

Cédula de crédito bancário (Nacional)

A Cédula de Crédito Bancário (CCB) é um título de crédito disponibilizado pelo banco, do qual, a companhia utiliza para fomentar o capital de giro ou compra de matéria prima junto aos fornecedores.

Adiantamento de contrato de câmbio - ACE

O Adiantamento sobre Cambiais Entregues (ACE) é uma modalidade de financiamento pós-embarque, utilizada pela empresa junto as instituições bancárias brasileiras, tendo em vista que juros praticados nestas operações tende-se menor que o mercado local.

Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA

Em 09 de agosto de 2023, o Conselho de Administração aprovou a primeira emissão de CRA, não conversíveis em ações, em série única, no valor principal de R\$ 120.000.000 (cento e vinte milhões de reais), para distribuição pública, nos termos da Instrução da CVM no 476, de 16 de janeiro de 2009. Em 30 de agosto de 2023, a Companhia encerrou a oferta, tendo subscrito a totalidade de R\$ 70.000.000 (setenta milhões de reais) do valor ofertado.

VALE GRANDE INDÚSTRIA E COMÉRCIO ALIMENTÍCIOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

No quadro a seguir, apresentamos o resumo das principais características deste instrumento:

	Primeira emissão	Segunda emissão
Agente fiduciário:	Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Banco liquidante:	Itaú Unibanco S.A.	Itaú Unibanco S.A.
Data de emissão:	09 de agosto de 2023	10 de dezembro de 2024
Prazo e data de vencimento:	significa a data de vencimento final desta CPR-Financeira, qual seja 4 de agosto de 2027. Em dezembro de 2024, o CRA foi repactuado e a nova data de vencimento final será 07 de dezembro de 2029.	Data de vencimento final desta CPR-Financeira ocorrerá em 10 de dezembro de 2029.
Série:	Única	Única
Tipo e forma:	Nominativas e escriturais, sem a emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem a emissão de cautelas ou certificados
Valor nominal unitário:	R\$ 120.000.000 (cento e vinte milhões)	R\$ 33.712.000 (trinta e três milhões e setecentos e doze mil reais)
Amortização:	Trimestralmente, após 12 (doze) meses contados da data de emissão (inclusive), no quinto dia útil dos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro, sendo o primeiro pagamento em 05 de agosto de 2024.	As primeiras 3 parcelas serão amortizadas mensalmente a começar de outubro 2025 a dezembro 2025. As parcelas restantes serão amortizadas no fluxo de pagamento trimestralmente a começar em 2026 e terminar em 2029, os pagamentos serão efetuados nos meses de março, junho, setembro e dezembro.
Juros :	Mensal	Mensal
Remuneração indicativa:	100% do CDI + 5% a.a.	100% do CDI + 5,01% a.a.
Garantias e liquidez:	Fazenda situada na zona rural do município de Sinop-MT, matrícula 34.222, mais aval dos sócios	Fazenda situada na zona rural do município de Sinop-MT, matrícula 34.222, mais aval dos sócios
Covenants financeiros:	Dívida líquida sem as dívidas da RJ não pode ultrapassar 2.7x o EBITDA	Dívida líquida sem as dívidas da RJ não pode ultrapassar 2.7x o EBITDA Capex anual não pode ser maior R\$ 30 MM, a partir de 2025.
Covenants Gerais:	Obrigatoriedade de envio trimestral de balanços não auditados Obrigatoriedade envio balanço anual auditado	Obrigatoriedade de envio trimestral de balanços não auditados Obrigatoriedade envio balanço anual auditado
Destinação dos recursos:	Recursos a serem destinados para capital de giro da Companhia	Recursos a serem destinados para capital de giro da Companhia
Direito de preferência:	Não haverá direito de preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Companhia	Não haverá direito de preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Companhia
Principais obrigações da Companhia vinculadas:	a) Submeter as demonstrações contábeis da Companhia à auditoria por auditor independente registrado na CVM e enviá-las à B3 e ao agente fiduciário;	a) Submeter as demonstrações contábeis da Companhia à auditoria por auditor independente registrado na CVM e enviá-las à B3 e ao agente fiduciário;
	b) Proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros;	b) Proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros;
	c) Fornecer ao agente fiduciário e à CVM todas as informações e documentações legais pertinentes;	c) Fornecer ao agente fiduciário e à CVM todas as informações e documentações legais pertinentes;
	d) Adotar, durante o período de vigência das Debêntures, as medidas e ações destinadas a identificar, evitar, corrigir ou mitigar danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho;	d) Adotar, durante o período de vigência das Debêntures, as medidas e ações destinadas a identificar, evitar, corrigir ou mitigar danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho;
	e) Manter seguros adequados para seus bens e ativos relevantes, conforme práticas correntes de mercado; e	e) Manter seguros adequados para seus bens e ativos relevantes, conforme práticas correntes de mercado; e
	f) Manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor, todas as licenças, concessões, autorizações, permissões e alvarás, inclusive ambientais, aplicáveis ao exercício de suas atividades.	f) Manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor, todas as licenças, concessões, autorizações, permissões e alvarás, inclusive ambientais, aplicáveis ao exercício de suas atividades.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

c) Garantias

Alienação Fiduciária de Imóvel

O imóvel registrado sob a matrícula nº 34.222, do 1º Cartório do Registro de Imóvel de Sinop, Estado do Mato Grosso, de propriedade da Agropecuária Ponto Alto Ltda., é alienado fiduciariamente em favor da Securitizadora.

Fundo de Despesas

Um fundo no valor de R\$151.120,00 (cento e cinquenta um mil, cento e vinte reais) é constituído na Conta Centralizadora para o pagamento das despesas iniciais e recorrentes da operação .

Procedimentos de Execução das Garantias

Execução Judicial ou Extrajudicial

A Securitizadora pode requerer a execução das garantias judicialmente ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias para a integral liquidação dos valores devidos.

Recomposição do Fundo de Reserva

Caso os recursos do Fundo de Reserva sejam inferiores ao valor mínimo, o emitente deve recompor o fundo com recursos próprios no prazo máximo de 3 dias úteis após notificação.

Utilização dos Recursos do Fundo de Reserva

Os recursos podem ser utilizados para pagamento de remuneração e amortização programada dos CRA em caso de inadimplência do emitente, eventos de vencimento antecipado, e pagamento da última parcela da remuneração dos CRA.

Recomposição do Fundo de Despesas

Caso os recursos do Fundo de Despesas sejam inferiores ao valor mínimo, o emitente deve recompor o fundo com recursos próprios no prazo máximo de 3 dias úteis após notificação.

d) Principais compromissos assumidos (*covenants*):

- (i) Dívida líquida sem as dívidas da RJ não pode ultrapassar 2.7x o EBITDA:  
Cumprido.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (ii) Capex anual não pode ser maior R\$ 30 MM, a partir de 2025: Cumprido.
- (iii) Submeter as demonstrações contábeis da Companhia à auditoria por auditor independente registrado na CVM e enviá-las à B3 e ao agente fiduciário: Será enviado após a emissão.

14. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedor Matéria Prima (ii)	138.497	130.523	138.497	130.523
Fornecedor Diversos	22.466	19.400	32.588	22.833
Fornecedor RJ Diversos (i)	11.165	14.890	11.181	14.906
Fornecedor Embalagens	5.683	4.780	5.683	4.780
Fornecedor Fretes	2.557	2.425	2.557	2.425
AVP - Fornecedores	(1.674)	(2.964)	(2.708)	(2.964)
	<u>178.694</u>	<u>169.054</u>	<u>187.798</u>	<u>172.503</u>
Curto prazo	170.304	158.466	179.408	161.915
Longo prazo	8.390	10.588	8.390	10.588
	<u>178.694</u>	<u>169.054</u>	<u>187.798</u>	<u>172.503</u>

- (i) Fornecedores RJ Diversos  
A Companhia vem cumprindo o plano de recuperação judicial, sendo que todos os credores estão sendo pagos conforme as condições previstas no plano. Considerando o fluxo anual de pagamento até 2032, com base no plano aprovado.
- (ii) Fornecedores matéria prima  
Os saldos são referentes principalmente a compra de bovinos.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
A pagar				
Até 30 dias	163.327	150.251	163.914	150.355
De 31 a 60 dias	2.660	4.882	3.373	5.221
De 61 a 90 dias	207	432	207	742
Acima de 91 dias	8.634	12.293	16.219	14.874
Vencidas:				
Até 30 dias	635	106	635	106
De 31 a 90 dias	9	28	174	133
Acima de 91 dias	3.222	4.026	3.276	4.036
	<u>178.694</u>	<u>172.018</u>	<u>187.798</u>	<u>175.467</u>

VALE GRANDE INDÚSTRIA E COMÉRCIO ALIMENTÍCIOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Obrigações trabalhistas e sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
INSS a recolher	4.313	9.366	4.414	9.462
Provisões férias e encargos sociais	17.741	14.491	18.151	14.867
INSS Funrural	1.451	4.696	1.453	4.718
Salários e encargos	9.183	7.769	9.347	7.923
FGTS a recolher	1.658	1.070	1.696	1.098
Rescisões a pagar	25	58	25	58
Acordo trabalhista	302	78	302	78
FGTS rescisório a pagar	3.257	3.257	3.257	3.257
Outras obrigações trabalhistas e sociais	77	79	77	79
	<u>38.006</u>	<u>40.864</u>	<u>38.723</u>	<u>41.541</u>

16. Adiantamentos de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento de clientes mercado externo	93.114	15.391	93.114	15.391
Adiantamento de clientes mercado interno	10.091	4.815	10.243	4.929
	<u>103.205</u>	<u>20.206</u>	<u>103.357</u>	<u>20.320</u>

17. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ estimativa a recolher (a)	-	11.007	-	11.007
CSLL estimativa a recolher (a)	-	4.042	-	4.042
ICMS a recolher	4.869	4.064	4.869	4.064
IRRF a recolher	965	1.301	1.007	1.333
Outros Impostos	1.479	1.188	1.507	1.217
	<u>7.313</u>	<u>21.602</u>	<u>7.383</u>	<u>21.663</u>

a)

a) O IRPJ e CSLL por estimativa a recolher parcelado em 2025 o qual ocorreu abaixo decorrente a consolidação do parcelamento.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
a) Composição do ativo				
Prejuízos Fiscais	86.214	65.620	104.987	87.820
Base de cálculo negativa - BNC	23.446	16.032	30.204	24.024
IRPJ diferenças temporais	4.769	5.883	5.460	6.799
CSLL diferenças temporais	1.717	2.118	1.966	2.447
Total de diferenças temporárias ativas	116.146	89.653	142.617	121.090
b) Composição do passivo				
Diferenças temporárias passivas				
IRPJ e CSLL diferidos	(8.949)	(9.403)	(8.949)	(21.415)
Total de diferenças temporárias passivas	(8.949)	(9.403)	(8.949)	(21.415)
Total de impostos diferidos				
Total do ativo fiscal diferido	116.146	89.653	142.617	121.090
Total do passivo fiscal diferido	(8.949)	(9.403)	(8.949)	(21.415)
Total	107.197	80.250	133.668	99.675

19. Provisões para contingências

Sumários dos passivos contingentes contabilizados

A Companhia e suas controladas são partes integrantes em diversas demandas judiciais que fazem parte do curso normal dos seus negócios, para as quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais e melhores estimativas de sua Administração. As principais informações desses processos encontram-se assim representadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Contingências trabalhistas	1.015	-	1.015	-
Contingências cíveis e fiscais	136	-	136	-
Provisão para contingências	1.151	-	1.151	-

A Companhia tem ações no montante de R\$ 30.333 (31 de dezembro de 2024 - R\$ 61.810) envolvendo risco de perda que foram classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos em 31 de dezembro de 2025.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a controladora apresenta R\$ 6.297 (31 de dezembro de 2024 - R\$ 1.645) e no consolidado de 2025 o montante de R\$ 6.675 (31 de dezembro de 2024 - R\$ 3.372) na rubrica de “Depósitos judiciais” referente a processos de ações trabalhistas e cíveis.

## 20. Instrumentos financeiros derivativos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo	788	654	788	654
NDF/Termo de moeda	788	654	788	654
Passivo	(517)	(2.194)	(517)	(2.194)
Swap	(184)	-	(184)	-
NDF/Termo de moeda	(332)	(2.194)	(332)	(2.194)
	271	(1.540)	271	(1.540)
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Resultado financeiro	7.292	(14.597)	7.292	(14.597)
	7.292	(14.597)	7.292	(14.597)

Os instrumentos financeiros são contratados para mitigar riscos cambiais, reduzir custos operacionais e proporcionar maior previsibilidade dos índices operacionais.

Estas operações são registradas a valor justo, com base nos cálculos de marcação a mercado, e suas respectivas contrapartidas são reconhecidas no grupo de encargos financeiros líquidos.

## 21. Patrimônio líquido

### a. Capital social

O capital social subscrito da Companhia, em 31 de dezembro de 2025, está representado pelo montante de R\$ 56.661 (mesmo valor em 31 de dezembro de 2024), representados por 46.418 (mesmo em 31 de dezembro de 2024) ações ordinárias e preferenciais, escriturais, sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravame, vide quadro abaixo:

Acionistas	Capital realizado 31/12/2025	Quantidade de ações em 2025	Capital realizado 31/12/2024	Quantidade de ações em 2024
BML Administração e Part. S.A.	27.364	19.988	27.364	19.988
BVL Administração e Part. S.A.	9.571	8.637	9.571	8.637
BTP Administração e Part. S.A.	9.557	8.637	9.557	8.637
BSA Administração e Part. S.A.	9.557	8.637	9.557	8.637
Milton Luis Bellincanta	450	357	450	357
Tadeu Paulo Bellincanta	54	54	54	54
Sidnei Ari Bellincanta	54	54	54	54
Valdemar Bellincanta	54	54	54	54
	56.661	46.418	56.661	46.418

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

b. Reserva de reavaliação

A Companhia efetuou reavaliação dos bens integrantes do seu ativo imobilizado, nos exercícios de 2003 e 2006. Sendo o saldo remanescente, em 31 de dezembro de 2025, de R\$ 97.173 (R\$ 98.054 em 31 de dezembro de 2024), líquido dos efeitos fiscais.

Conforme comentado anteriormente e em consonância aos dispositivos da Lei nº 11.638 de 2007, a Companhia optou por manter a reserva de reavaliação constituída até 31 de dezembro de 2007, até que ocorra sua completa realização, o que deve ocorrer por depreciação ou alienação dos bens reavaliados.

c. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado e exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal, acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o § 1º do art. 182 da Lei nº 6.404/76 exceder 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal.

d. Reserva de retenção de lucros

Esta reserva de lucros foi constituída à base do saldo remanescente do lucro líquido após as destinações para a constituição da reserva legal e distribuição dos dividendos, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76.

e. Distribuição de lucros

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado, ajustado na forma da lei. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não houve distribuição de lucros, sendo utilizado o resultado positivo do exercício para compensação dos prejuízos acumulados.

f. Reserva de incentivo fiscais

O crédito presumido de ICMS é um benefício fiscal concedido pelos estados para reduzir a carga tributária das empresas. Esse crédito é calculado com base em um percentual presumido sobre o valor das operações ou prestações realizadas, permitindo que as empresas deduzam esse valor do ICMS a pagar. O objetivo é estimular determinados setores econômicos, promover o desenvolvimento regional e incentivar investimentos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Superior Tribunal de Justiça (STJ) já enfrentou o assunto, decidindo que os créditos presumidos não representam lucro, revelando-se ilegal a cobrança de IRPJ/CSLL sobre crédito presumido de ICMS independente da classificação contábil desses créditos (AgInt nos EREsp 1607005/PR, DJe. 08/05/2019), sendo este entendimento reforçado no julgamento do Recurso Repetitivo de Tema 1182/STJ

g. Bônus de subscrição

Durante o exercício de 2023, a Companhia emitiu "Bônus de Subscrição" no valor de R\$ 63.200 mil ao titular Latache III Fundo de Investimento em Direito Creditório Não Padronizados, o direito de, mediante a entrega de Notificação de exercício, subscrever novas ações da Companhia. O "Bônus de Subscrição" é classificado como Reserva de Capital, conforme o § 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76.

VALE GRANDE INDÚSTRIA E COMÉRCIO ALIMENTÍCIOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Receita operacional, líquida

A Companhia apresenta a nota explicativa de receita operacional líquida em conformidade com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, conforme item 112A, divulgando a conciliação da receita bruta tributável e outras contas de controle.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<u>Vendas de produtos</u>				
No mercado interno	2.341.158	2.398.340	2.341.187	2.398.411
No mercado externo	2.092.963	1.302.481	2.092.962	1.302.480
AVP - Receitas (a)	(31.360)	-	(31.360)	-
	<u>4.402.761</u>	<u>3.700.821</u>	<u>4.402.789</u>	<u>3.700.891</u>
<u>Deduções de vendas</u>				
Devoluções	(113.803)	(92.352)	(113.802)	(92.352)
Impostos sobre vendas (ICMS, PIS e COFINS)	33.928	8.516	34.619	6.261
	<u>(79.875)</u>	<u>(83.836)</u>	<u>(79.183)</u>	<u>(86.091)</u>
	<u>4.322.886</u>	<u>3.616.985</u>	<u>4.323.606</u>	<u>3.614.800</u>

a) A variação decorre da implementação da avaliação do efeito do ajuste a valor presente sobre o resultado.

23. Custos dos produtos vendidos

	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Custo Dos Produtos Vendidos	(3.873.735)	(3.125.104)	(3.846.759)	(3.125.104)
AVP - Custo (a)	24.979	-	24.979	-
	<u>(3.848.756)</u>	<u>(3.125.104)</u>	<u>(3.821.780)</u>	<u>(3.125.104)</u>

a) A variação decorre da implementação da avaliação do efeito do ajuste a valor presente sobre o resultado.

VALE GRANDE INDÚSTRIA E COMÉRCIO ALIMENTÍCIOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

24. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Classificados como:				
Despesas com vendas	(253.366)	(232.589)	(254.617)	(276.215)
Despesas gerais e administrativas	(83.592)	(81.756)	(101.874)	(37.370)
Despesas Tributárias	(9.509)	(9.810)	(9.932)	(10.103)
Outras receitas operacionais	17.041	7.538	21.256	9.331
Total	<u>(329.426)</u>	<u>(316.617)</u>	<u>(345.167)</u>	<u>(314.357)</u>

VALE GRANDE INDÚSTRIA E COMÉRCIO ALIMENTÍCIOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<i>Despesas financeiras</i>				
Despesas Bancárias	(1.886)	(19.137)	(1.915)	(19.277)
Variações cambiais passiva	(74.160)	(58.865)	(74.160)	(58.865)
Descontos concedidos	(59.734)	(31.409)	(59.752)	(31.415)
Juros passivos	(69.163)	(31.281)	(70.307)	(32.466)
Outras Despesas Financeiras	-	(12.964)	-	(12.964)
Variações monetária passiva	-	-	-	-
Encargos financeiros	-	(60)	-	(60)
	<u>(204.942)</u>	<u>(153.716)</u>	<u>(206.133)</u>	<u>(155.047)</u>
<i>Receitas financeiras</i>				
Variações cambiais ativa	65.455	44.430	65.455	44.430
Juros ativos	1.799	662	2.222	1.049
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.149	389	1.165	432
Descontos obtidos	1.035	9.822	1.194	9.833
Ajuste a valor presente	8.273	-	9.306	-
Variações monetária ativa	-	7.487	-	7.487
Outras receitas financeiras	6.879	2.661	6.879	2.661
	<u>84.591</u>	<u>65.451</u>	<u>86.222</u>	<u>65.893</u>
	<u>(120.352)</u>	<u>(88.265)</u>	<u>(119.912)</u>	<u>(89.154)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## 26. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

As operações da Companhia estão expostas a riscos de mercado, principalmente com relação às variações de taxas de câmbio e de juros, riscos de créditos e de preços na compra de gado. Em sua política de gestão de investimentos, a Companhia prevê a utilização de instrumentos financeiros derivativos para sua proteção contra estes fatores de risco.

Adicionalmente, a Companhia também pode contratar instrumentos financeiros derivativos com objetivo de colocar em prática estratégias operacionais e financeiras definidas pela Administração.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas definidas pela administração da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de risco

Visão geral

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar riscos, definir limites e controles apropriados para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da Alta

- Risco de crédito;
- Risco operacional;
- Risco de taxas de câmbio;
- Risco de mercado;
- Risco de liquidez; e
- Risco de taxas de juros.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e o gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### Risco de crédito

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação (pulverização do risco). A perda estimada em crédito de liquidação duvidosa consolidada em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 0 (R\$ 4.600 em 31 de dezembro de 2024).

#### Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controle

para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas respectivas áreas.

#### Risco de taxas de câmbio

Decorrem da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para financiamento e empréstimos e a contratação de instrumentos financeiros.

O risco de taxa cambial é o risco de que alterações da taxa de câmbio de moeda estrangeira possam fazer com que a Companhia incorra em perdas não esperadas, levando a uma redução dos valores dos ativos ou aumento dos valores das obrigações. As principais exposições as quais a Companhia está sujeita, no tocante às variações cambiais, referem-se à flutuação do Dólar norte americano em relação ao Real.

#### Risco de mercado

Em particular, as exposições a risco de mercado são constantemente monitoradas, especialmente os fatores de risco relacionados a variações cambiais, de taxas de juros e preços de commodities que potencialmente afetam o valor de ativos e passivos financeiros. Adicionalmente, também são analisados quaisquer outros fatores de risco e a possibilidade da realização de operações para proteção contra os mesmos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista.

A abordagem da Companhia no gerenciamento do risco de liquidez é de garantir, o pagamento de suas obrigações, motivo pelo qual tem por objetivo manter volume suficiente de recursos disponíveis para cumprimento de suas obrigações de curto prazo, fazendo o possível para que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

### Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia incorrer em ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Visando à mitigação desse risco, a Companhia busca adequar a captação de recursos, com taxas pós-fixadas lastreados em CDI, de forma que, quaisquer resultados oriundos da volatilidade desses indexadores não incorram em nenhum impacto significativo.

### Instrumentos financeiros

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Companhia, conforme quadros abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Ativos		
<i>Valor justo por meio do resultado</i>		
Caixa e equivalentes de caixa	69.417	91.681
Contas a receber de clientes	314.348	281.176
Outras contas a receber	17.470	14.167
Partes relacionadas	43.920	35.198
	<u>445.155</u>	<u>422.222</u>
Passivos		
<i>Passivos pelo custo amortizado</i>		
Empréstimo e financiamentos	664.051	691.346
Fornecedores	187.798	172.503
Outras contas a pagar	8.699	10.463
Partes relacionadas	9.683	9.942
	<u>870.231</u>	<u>884.254</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi: Os saldos apresentados em caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, são pulverizados em mais de 2 (duas) instituições financeiras.

No geral a Administração entende que não há risco de crédito significativo no qual a Companhia está exposta, considerando a características das contrapartes, níveis de concentração e relevância dos valores em relação ao faturamento.

Risco de liquidez

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	<u>31/12/2025</u>			
	<u>Valor contábil</u>	<u>Até 1 ano</u>	<u>1 - 2 anos</u>	<u>Mais de 2 anos</u>
Passivo				
Empréstimos e financiamentos	664.051	215.815	113.173	335.063
Fornecedores	187.798	177.240		10.558
Outras contas a pagar	<u>8.699</u>	<u>8.699</u>		
Posição líquida	<u><u>860.548</u></u>	<u><u>401.754</u></u>	<u><u>113.173</u></u>	<u><u>345.621</u></u>
				<u>31/12/2024</u>
	<u>Valor contábil</u>	<u>Até 1 ano</u>	<u>1 - 2 anos</u>	<u>Mais de 5 anos</u>
Passivo				
Empréstimos e financiamentos	691.346	245.457	41.699	412.905
Fornecedores	172.503	161.185	760	10.558
Outras contas a pagar	<u>10.463</u>	<u>10.463</u>	-	-
Posição líquida	<u><u>874.312</u></u>	<u><u>417.306</u></u>	<u><u>42.459</u></u>	<u><u>416.087</u></u>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco cambial

A seguir são apresentados os ativos e passivos do Consolidado expostos a riscos de variação cambial, uma vez que a Companhia possui exposições à variação cambial em montantes não relevantes, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

USD		5.5024	6.1923
		<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Ativo			
Clientes - Mercado externo		199.485	97.724
Passivo			
Empréstimos e financiamentos		(83.729)	(67.002)
Líquido - R\$		115.756	30.722
Líquido - USD		21.037	4.961

Análise de sensibilidade

Com o objetivo de prover informações de como se comportariam os riscos de mercado a que a Companhia está exposta em 31 de dezembro de 2025, a seguir estão apresentadas possíveis alterações, de 25% e 50%, nas variáveis relevantes de risco, em relação ao cenário provável.

A Administração julga que as cotações de fechamento utilizadas na mensuração de seus ativos e passivos financeiros, na data base destas demonstrações contábeis, representam um cenário provável e os efeitos já estão reconhecidos no resultado.

Seguem os resultados líquidos entre o resultado das exposições e os respectivos derivativos no consolidado:

31/12/2025		Cenários receita (despesa) financeira		
Instrumento financeiro	Fator de risco	Base	Possível	Remoto
Caixa e bancos	Taxa de juros	69.417	66.814	67.682
Contas a receber de clientes	Taxa de juros	313.348	301.597	305.514
Empréstimo e financiamentos	Taxa de juros	664.051	705.554	713.855
Fornecedores	Taxa de juros	187.798	199.535	201.883
Outras contas a pagar	Taxa de juros	8.701	9.245	9.534
31/12/2024		Cenários receita (despesa) financeira		
Instrumento financeiro	Fator de risco	Base	Possível	Remoto
Caixa e bancos	Taxa de juros	91.681	85.493	87.555
Contas a receber de clientes	Taxa de juros	173.808	162.076	165.987
Empréstimo e financiamentos	Taxa de juros	691.346	769.122	784.678
Fornecedores	Taxa de juros	172.503	191.910	195.791
Outras contas a pagar	Taxa de juros	10.463	11.640	11.876

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Risco taxa juros

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de taxas de juros na data das demonstrações contábeis foi:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Ativos		
<i>Valor justo por meio do resultado</i>		
Caixa e equivalentes de caixa	69.417	91.681
Contas a receber de clientes	314.348	281.176
Outras contas a receber	17.470	14.167
Partes relacionadas	43.920	35.199
	<u>445.233</u>	<u>422.222</u>

As operações da Companhia são indexadas a taxas pré e pós fixadas, sendo as taxas pós fixadas, por TJLP, TR e CDI, sendo assim, a administração de uma maneira geral entende que qualquer oscilação nas taxas de juros, não representaria nenhum impacto significativo nos resultados da Companhia.

### 27. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

### 28. Eventos subsequentes

A Administração da Companhia avaliou os eventos subsequentes ocorridos entre a data de encerramento do exercício social e a data de autorização para emissão destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e informa a transferência da posse da unidade operacional de Ji-Paraná para a VPS Norte LTDA.

Objetivo principal foi desonerar o ativo, acabar com o litígio com a instituição financeira BNB (iniciado no período da RJ) e reduzir o passivo/endividamento.

#### Impactos contábeis

- Valor de venda para VPS: R\$ 57,8M sendo que:
  - R\$ 34,2M para quitação da dívida com BNB e baixa do ônus.
  - R\$ 23,5M pendente de pagamento para grupo Frialto.
- Resultado impacto positivo na Vale grande de ~ R\$ 30M (valor de venda vs valor contábil).
- Balanco Patrimonial - Redução da dívida da Vale Grande (quitação do BNB no passivo).
- Contrato de arrendamento - garante a manutenção da operação de Ji-Paraná com o grupo Frialto e multa no caso de venda 10% da Receita Líquida 12 meses anterior a venda (estimativa ano 2025 R\$ 130M).